

A ENTRADA DA URSS NA LIGA DAS NAÇÕES^{1 2}

THE USSR's ENTRY IN THE LEAGUE OF NATIONS

Evguiéni Bronislávovitch Pachukanis³

A entrada da URSS na Liga das Nações⁴ é, sem dúvida, o maior acontecimento político, o maior êxito de nossa política externa e de nossa luta pela paz.

O simples fato de que a maioria dos Estados representados na Liga das Nações tenha recorrido à União Soviética com o pedido para ela “aportar sua valiosa colaboração à causa da organização da paz” demonstra toda a importância das mudanças ocorridas na situação internacional. Isso, por si só, constitui uma prova irrefutável do aumento colossal do peso relativo da URSS na arena internacional e da contínua decadência do sistema capitalista.

Não faz muito tempo, as principais potências da Liga não só não pensavam em envolver a URSS na organização da paz, como, pelo contrário, acreditavam que a paz poderia ser melhor organizada fomentando a perseguição à URSS e preparando uma intervenção contra ela. Se agora França, Inglaterra e Itália foram obrigadas a declarar que a causa da paz não pode ser organizada sem a participação da União Soviética, isso demonstra de forma mais nítida a tensão das contradições no interior do campo capitalista e serve como prova adicional do nosso crescente poder econômico-político e militar. Pois, como disse o camarada Joseph Stalin, “em

¹ Artigo submetido em 20/05/2026 e aprovado para publicação em 20/06/2026.

² Traduzido do original PACHUKANIS, Evgeny Bronislavovitch. Вступление СССР в Лигу Наций [A entrada da URSS na Liga das Nações]. *Советское Государство [O Estado Soviético]*, Moscou, n. 6, p. 23-28, 1934, por Luiz Henrique Debastiani e Moisés Alves Soares.

³ Evguiéni Bronislávovitch Pachukanis (Staritsa, 23 fev. 1891 – Moscou, 4 set. 1937) foi um jurista soviético e um dos principais representantes da teoria marxista do direito. Estudou Direito em São Petersburgo e realizou parte de sua formação na Universidade de Munique. Após a Revolução Russa, atuou na diplomacia soviética, participando dos trabalhos relacionados ao Tratado de Rapallo de 1922. Em 1927, foi eleito membro efetivo da Academia Comunista; em 1931, assumiu a direção do Instituto de Construção Soviética e Direito; e, em 1936, foi nomeado vice-comissário do Povo para a Justiça da União Soviética. Sua principal obra, *A teoria geral do direito e o marxismo* (1924), tornou-se uma das referências fundamentais da crítica marxista ao direito moderno. Denunciado durante os expurgos stalinistas, foi condenado e executado em 1937, sendo reabilitado postumamente em 1956.

⁴ A Liga das Nações, criada em 1919 pelo Tratado de Versalhes, foi a primeira organização internacional permanente voltada à segurança coletiva, sem jamais alcançar caráter plenamente universal. Conforme assinala Eric Hobsbawm, a Liga representou uma tentativa de restaurar a estabilidade internacional sem enfrentar as causas estruturais da guerra, partindo da suposição de que a ordem internacional poderia ser recomposta nos moldes anteriores a 1914 (Hobsbawm, 1995, p. 42). A Liga iniciou suas atividades com 42 Estados e atingiu 58 membros em 1934, ano da admissão da União Soviética. Entre suas principais presenças estiveram França, Reino Unido, Itália e Japão, além de numerosos Estados europeus, latino-americanos e asiáticos; a Alemanha, admitida em 1926, retirou-se em 1933, ao lado do Japão, enquanto os Estados Unidos jamais integraram a organização, fatores que comprometeram seu funcionamento. (Nota da Tradução)

nosso tempo, não se leva em conta os fracos — levam-se em conta apenas os fortes”. Esta verdade foi agora demonstrada de forma evidente pelos Estados capitalistas, ao convidarem a URSS para a Liga das Nações e ao lhe concederem um assento permanente no Conselho da Liga.

A União Soviética entrou na Liga das Nações mantendo plenamente sua identidade como um Estado socialista proletário. O mundo capitalista foi novamente, e desta vez de maneira totalmente inequívoca, forçado a reconhecer a igualdade jurídica do sistema comunista de propriedade estabelecido em nosso país.

A entrada na Liga das Nações representa o fortalecimento adicional da posição que conquistamos em 1927, quando, na Conferência Econômica em Genebra⁵, conseguimos das potências capitalistas o reconhecimento da igualdade jurídica entre os dois sistemas de propriedade.

Alguns jornais burgueses, em particular o *Times*, expressam arrependimentos tardios sobre o fato de a entrada da URSS na Liga das Nações não ter ocorrido pelo procedimento habitual.

Alguns políticos burgueses, ao que parece, entregavam-se a doces fantasias sobre como seria bom submeter a União Soviética ao Tribunal de Genebra e impor-lhe condições ameaçadoras, ditadas pelo Papa, por Henri Deterding⁶, pelos fascistas alemães e japoneses e pela contrarrevolução branca russa. Mas, infelizmente para eles! Sobre isso, os senhores imperialistas só podem sonhar nas colunas do *Times*. A situação política real ditou outro curso. É por isso que o mundo capitalista teve de conceder a honra de defender a posição “principista”, ou seja, descaradamente intervencionista em relação à URSS, a figurantes secundários. Eles se esforçaram ao máximo — todos esses senhores Giuseppe Motta⁷ e José Caeiro da Mata⁸ —,

⁵ A Conferência Econômica Mundial de Genebra (1927), organizada pela Liga das Nações, reuniu delegações de Estados-membros e também de países não integrantes da Liga, entre os quais a União Soviética. A participação soviética, ainda sem filiação formal à organização, integrou a estratégia de inserção gradual da URSS em fóruns multilaterais econômicos no período entreguerras, antecedendo sua admissão oficial na Liga em 1934 (World Economic Conference, 1928). (N.T)

⁶ Henri W. A. Deterding (1866-1939), empresário neerlandês, gerente geral da Royal Dutch Petroleum Company entre 1900-1936. Em 1920, Deterding foi nomeado Comendador Honorário da Ordem do Império Britânico, por seus serviços às relações anglo-holandesas e por seu trabalho no fornecimento de petróleo aos Aliados durante a Primeira Guerra Mundial. Deterding era um inimigo ferrenho da União Soviética e ajudou milhares de exilados russos brancos. Ele também se tornou um fervoroso apoiador de Adolf Hitler. (N.T)

⁷ Giuseppe Motta (1871-1940), político suíço. Ele exerceu o cargo de Presidente da Confederação Suíça cinco vezes e Presidente da Assembleia da Liga das Nações entre 1924-1925. (N.T)

⁸ O nome «Де Мара» (De Mata) que aparece no texto russo refere-se, ao que tudo indica, ao diplomata português José Caeiro da Mata (1877-1956). A grafia De Mata resulta de uma adaptação comum em fontes soviéticas e franco-italianas do período, nas quais a partícula portuguesa da foi reinterpretada como “De”. Jurista e diplomata, Caeiro da Mata atuou como representante de Portugal na Liga das Nações nos anos 1930 e ocupou o cargo de

apresentando-se como cavaleiros altruístas da civilização capitalista, aparentemente sem perceber que sua impotente hostilidade apenas ressalta o triunfo da política externa da URSS.

Não houve nada de inesperado nesse triunfo, pois a entrada da URSS na Liga das Nações foi apenas a conclusão de uma série de seus maiores êxitos diplomáticos.

Mesmo antes de a União Soviética se tornar membro da Liga das Nações, suas intervenções sobre as questões mais importantes enfrentadas pela Liga ressoaram em todo o mundo. O projeto soviético de desarmamento geral atraiu a atenção não apenas dos trabalhadores, mas também de uma parte significativa das camadas da pequena burguesia e da intelectualidade pacifista. Até mesmo na imprensa capitalista surgem afirmações de que, embora o projeto de Maksim M. Litvinov⁹ sobre o desarmamento geral seja uma utopia, sua apresentação desempenhou um papel importante, pois chamou a atenção de todos para a política de paz sincera e consequente conduzida pela União Soviética. Todos os opositores das armas, todos os verdadeiros adversários da carnificina imperialista, viram-se obrigados a dirigir suas simpatias para o lado da União Soviética.

A entrada da URSS na Liga das Nações foi precedida pela adesão ao Pacto Kellogg¹⁰, o Protocolo de Moscou sobre a entrada antecipada em vigor deste pacto, a celebração de tratados de não-agressão com quase todos os Estados vizinhos e com algumas grandes potências, como Itália e França, assim como a assinatura de acordos para a definição do agressor¹¹, entre outros.

Para tentar, de alguma forma, atenuar a impressão de uma grande vitória da política externa soviética, a imprensa burguesa procura concentrar a atenção no fato de que a União

ministro dos Negócios Estrangeiros, alinhando-se com freqüência a posições conservadoras e críticas à União Soviética — razão pela qual é mencionado no texto como figura secundária do campo diplomático imperialista. (N.T.)

⁹ Maksim Maksimovitch Litvinov (1876-1951), político e diplomata soviético. Foi Comissário do Povo para Relações Exteriores entre 1930-1939 e embaixador da URSS nos Estados Unidos entre 1918-1919 e 1941-1943. (N. T.)

¹⁰ O Pacto Briand-Kellogg, ou Pacto de Paris, oficialmente o “Tratado Geral de Renúncia à Guerra como Instrumento de Política Nacional”, é um acordo internacional de paz firmado em 1928, no qual os Estados signatários prometeram não recorrer à guerra para resolver disputas ou conflitos de qualquer natureza ou de qualquer origem que possam surgir entre eles. Patrocinado pela França e pelos EUA, o pacto recebeu o nome de seus autores: o secretário de Estado norte-americano Frank B. Kellogg e o ministro das Relações Exteriores francês Aristide Briand. O acordo foi concluído fora do âmbito da Liga das Nações e permanece em vigor. (N. T.)

¹¹ Em 1928, quase todos os países do mundo aderiram ao Pacto Briand-Kellogg, que pela primeira vez declarou a ilegalidade da guerra e proibiu os Estados de utilizá-la como instrumento da política nacional. O crime de agressão foi formulado pelo jurista soviético Aron Trainin (1876-1967) após a invasão da União Soviética pela Alemanha durante a Segunda Guerra Mundial, com base nos princípios da política externa soviética que já vinham sendo utilizados durante esse período como guias para os acordos internacionais. Tal política serviu posteriormente como base para o Estatuto do Tribunal Militar Internacional, que previa responsabilidade penal pela condução de uma guerra de agressão, o que se tornou o principal objeto de análise do Julgamento de Nuremberg, assim como para o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional, de 1998. (N. T.)

Soviética e seus dirigentes haviam se manifestado anteriormente de forma extremamente dura em relação à Liga das Nações — Vladímir I. Lenin (1984, p. 327) a chamava de “organização de salteadores imperialistas” — e que, agora que a União Soviética ingressou na Liga, isso significaria alguma mudança nos fundamentos de sua política externa, seguida, supostamente, por uma alteração na política interna em direção à conciliação com o capitalismo. A dificuldade em encontrar argumentos para justificar esse disparate fica evidente na correspondência do *Neue Presse*, cujo autor não inventou nada mais convincente para provar um suposto desvio da política soviética em direção à conciliação com a burguesia do que o fato de que as pessoas em Moscou passaram a se barbear com mais frequência, a usar colarinhos e gravatas, e que a polícia passou a usar luvas brancas (!).

É assim que os jornalistas burgueses se consolam e tentam consolar seus leitores. Entretanto, para os trabalhadores da URSS e do mundo inteiro, está perfeitamente claro que, se o governo soviético decidiu aceitar o convite para entrar na Liga das Nações, isso não ocorreu porque tivesse mudado nossa postura fundamental em relação à Liga, mas sim porque a situação político-internacional concreta sofreu alterações substanciais.

Em seu relatório na IV sessão do CIK da União Soviética¹², VI convocação, em dezembro de 1933, o camarada Viatcheslav M. Molotov (1934, p. 31)¹³, ao destacar o fato da saída da Alemanha e do Japão da Liga das Nações, enfatizou que “em conexão com isso, o já conhecido papel de freio da Liga das Nações em relação às forças inclinadas à guerra deve ser reconhecido como um fato positivo”.

No discurso de M. Litvinov (1934, p. 8) na mesma sessão, foi declarado de forma explícita que “não sendo doutrinários, não rejeitamos o uso de quaisquer associações ou organizações internacionais existentes ou que possam se formar, se tivermos motivos para esperar que elas sirvam à causa da paz”.

Por fim, em entrevista concedida pelo camarada Stalin ao correspondente Duranti, a posição da URSS em relação à Liga das Nações recebeu a formulação mais completa, clara e nítida:

¹² No original russo “ЦИК СССР”, abreviação de *Центральный исполнительный комитет СССР*, ou Comitê Executivo Central da URSS, foi o órgão máximo do poder estatal na URSS entre 1922 e 1938, reunindo-se periodicamente. (N. T.)

¹³ Viatcheslav Mikhailovitch Molotov (1890-1986), político e diplomata soviético, foi Comissário do Povo para Relações Exteriores entre 1939-1946, posteriormente Ministro de Relações Exteriores entre 1946-1949 e 1953-1956, além de ter ocupado diversos cargos importantes no governo soviético. (N. T.)

Apesar da saída da Alemanha e do Japão da Liga das Nações — ou talvez justamente por isso —, disse o camarada Stalin, — a Liga pode se tornar um certo freio para retardar o surgimento de ações militares ou para dificultá-las. Se for assim, se a Liga puder agir como um pequeno obstáculo no caminho, de modo a pelo menos dificultar a guerra e, em certa medida, favorecer a causa da paz — então não somos contra a Liga. Sim, se esse for o curso dos acontecimentos históricos, não é excluído que apoiemos a Liga das Nações, apesar de suas enormes deficiências (Stalin, 1934a).

Assim, ocorreram mudanças significativas na situação internacional. As potências mais chauvinistas e agressivas, que buscavam provocar uma guerra, saíram da Liga das Nações. Ao mesmo tempo, uma série de potências capitalistas centrais — e, em primeiro lugar, a França —, por uma razão ou outra, tiveram de abandonar, nesta fase, a política intervencionista em relação à URSS. Foi justamente essa mudança na situação política que tornou possível a nossa entrada na Liga das Nações.

Voltemos agora a uma análise mais concreta do curso dos acontecimentos. Uma das causas mais profundas das mudanças na situação internacional foi a crise econômica mundial, que levou ao colapso da estabilização capitalista e ao agravamento colossal das contradições entre, por assim dizer, predadores bem alimentados e predadores famintos. Na época da relativa estabilização, o mundo capitalista tentou se consolidar com base em uma série de acordos sobre o Extremo Oriente, armamentos navais, reparações (Plano Dawes, Plano Young¹⁴) e fronteiras europeias (Tratado de Locarno¹⁵). Nesse período, houve tentativas de suavizar as contradições entre vencedores e vencidos e de incluir a Alemanha em um *front* comum contra o Estado soviético. No entanto, o mundo capitalista não conseguiu resolver essa tarefa política. Em particular, Inglaterra e França não conseguiram chegar a um acordo sobre um plano único para resolver as contradições imperialistas às custas do Estado proletário. O imperialismo francês estava principalmente preocupado em preservar sua hegemonia na Europa, baseada no sistema

¹⁴ Implementado em 1924, o Plano Dawes resolveu temporariamente a questão das reparações que a Alemanha devia aos Aliados da Primeira Guerra Mundial. Ele pôs fim à crise na diplomacia europeia que ocorreu após tropas francesas e belgas ocuparem o vale do Ruhr em resposta ao não cumprimento, por parte da Alemanha, de suas obrigações de reparação. O plano estabeleceu um cronograma escalonado para o pagamento das indenizações de guerra pela Alemanha, previu um grande empréstimo para estabilizar a moeda alemã e encerrou a ocupação do Ruhr. Ele resultou em um breve período de recuperação econômica na segunda metade da década de 1920, embora ao preço de uma forte dependência de capital estrangeiro. O Plano Dawes foi substituído pelo Plano Young em 1929. (N. T.)

¹⁵ Os Tratados de Locarno, foram sete acordos firmados no final de 1925 entre Alemanha, França, Grã-Bretanha, Bélgica, Itália, Polônia e Tchecoslováquia, no contexto do pós-Primeira Guerra Mundial. No tratado principal, as cinco nações da Europa Ocidental comprometeram-se a garantir a inviolabilidade das fronteiras entre Alemanha e França e entre Alemanha e Bélgica, conforme estabelecido no Tratado de Versalhes. Também prometeram respeitar a zona desmilitarizada da Renânia alemã e resolver pacificamente suas divergências sob os auspícios da Liga das Nações. (N. T.)

de alianças militares francesas. Por outro lado, a França continuava a enxergar a ameaça do ressurgimento do poder militar alemão.

E a política inglesa, por sua vez, estava orientada para a possibilidade de utilizar a Alemanha contra a União Soviética e incluía nisso concessões ao imperialismo alemão, que fariam da Alemanha um certo contrapeso à França.

A luta entre essas duas concepções impedia os imperialistas, na época da relativa estabilização, de formar uma frente única. Nossa hábil política externa e nosso crescente poder dificultavam ainda mais essa união. O terceiro período no desenvolvimento da crise geral do capitalismo (a partir de 1928) agravou as contradições entre a URSS e o mundo capitalista. No XV Congresso do Partido, o camarada Stalin afirmou que ingressávamos numa fase de ataques contínuos.

De fato, em 1929, tentaram nos testar com baionetas no Extremo Oriente, lançando contra nós generais chineses; em seguida, começou uma série de frenéticas campanhas anti-soviéticas (a “cruzada”, o combate ao chamado “dumping soviético”, a campanha em torno do “trabalho forçado”, entre outras).

Isso, naturalmente, não coincidiu por acaso com a ampla ofensiva socialista em nossa URSS, e com a liquidação dos kulaks¹⁶ enquanto classe, baseada na coletivização total.

Uma série de iniciativas diplomáticas desse período (Pan-Europa, projeto da federação do Danúbio) tinham um caráter claramente anti-soviético. Os julgamentos do Partido Industrial e do Bureau de Toda a União dos Mencheviques, em certa medida, revelaram alguns preparativos de caráter militar que estavam justamente ocorrendo nesse período. Finalmente, em 1931, o Japão inicia sua expansão no Extremo Oriente, sem ocultar sua intenção de agir como “guardião da ordem” e combatente contra o “perigo soviético”. Mas todos esses ataques e provocações não puderam impedir o avanço da construção socialista na URSS.

Enquanto a URSS fortalecia cada vez mais seu poder no curso da vitoriosa construção socialista, o desenvolvimento contínuo da crise intensificava as contradições, e a desordem no campo imperialista tornava cada vez mais difícil para os imperialistas organizar uma frente única anti-soviético. A vitória do fascismo alemão, que transferiu o poder para mãos de pessoas cumprindo o mandato social dos círculos mais agressivos, chauvinistas e reacionários do grande capital e da nobreza militar alemã, desempenhou, nesse sentido, um papel decisivo.

¹⁶ *Kulaks* (russo кулаки) designava, na terminologia soviética, os camponeses considerados economicamente mais abastados. A expressão “liquidação dos kulaks enquanto classe” refere-se às medidas adotadas no final da década de 1920 e início dos anos 1930 com o objetivo de eliminar essa camada social como grupo econômico autônomo no campo, no contexto da coletivização agrícola. (N.T.)

O governo de Adolf Hitler chegou ao poder com um amplo programa previamente elaborado para o renascimento do imperialismo alemão e a preparação para a guerra. Ao mesmo tempo, os fascistas esperavam que bastasse declarar que o armamento e sua política externa agressiva estavam direcionados exclusivamente contra a União Soviética, contra o bolchevismo, para garantir o apoio e a simpatia de todo o mundo capitalista. Nesse aspecto, ocorreu um erro de cálculo diplomático. O armamento da Alemanha levou a um agravamento colossal das contradições com a França. Todas as garantias de Hitler, repetidamente feitas, de que ele não apresentaria reivindicações contra a França e de que, uma vez resolvida a questão do Sarre¹⁷, não existiriam mais contradições entre Alemanha e França — tudo isso não conseguiu em nada conseguiu tranquilizar políticos franceses, pois para eles era absolutamente óbvio que a atividade diplomática da Alemanha, voltada para a destruição das alianças militares francesas, representava uma enorme ameaça à França.

Os frutos dessa atividade se manifestaram de forma particularmente clara na Polônia. No entanto, também se fizeram sentir na Romênia e na Iugoslávia. À luz desses fatos, não é de se admirar que o governo francês começasse a buscar aproximação com a URSS. Em 30 de janeiro de 1933, Hitler chegou ao poder, e em 12 de fevereiro de 1933 foi ratificado o pacto franco-soviético de não-agressão. Buscando libertar-se de restrições na questão do armamento, a Alemanha deixou a Liga das Nações em outubro de 1933. Ainda antes, em março de 1933, o Japão também se retirou da Liga. Sua saída foi motivada pelo fato de que a Liga das Nações se recusou a sancionar a anexação de fato da Manchúria. O cálculo do Japão era o mesmo dos fascistas alemães. Os militaristas japoneses esperavam que sua agressividade não provocasse objeções de outras potências capitalistas, pois sempre seria possível colocar em primeiro plano a luta contra o “perigo soviético”. Tanto a Alemanha fascista quanto o Japão militarista se equivocaram severamente nesse ponto: sua saída da Liga das Nações produziu resultados opostos aos esperados. Ela aprofundou ainda mais a fragmentação da frente capitalista, isolou a Alemanha e o Japão e tornou possível a entrada da União Soviética na Liga das Nações.

Em 1934, o governo francês, observando a crescente atividade do fascismo alemão, começou a conduzir de forma enérgica uma política de aproximação com a União Soviética, desenvolvendo intensa atividade diplomática para garantir pelo menos um apoio mínimo a essa linha por parte do governo britânico. A posição do imperialismo inglês era mais complexa e

¹⁷ O Território da Bacia do Sarre (1920-1935), foi uma região ocupada e administrada pelo Reino Unido e pela França entre 1920 e 1935, sob um mandato da Liga das Nações, como retaliação à Alemanha após a derrota na Primeira Guerra Mundial. Após plebiscito realizado em 1935 a região foi integrada ao território da Alemanha Ocidental. (N. T.)

vacilante. Quando Hitler chegou ao poder, os círculos imperialistas ingleses receberam o fato com simpatia. Ficaram em parte chocados com o caráter violento e antissemita do nacional-socialismo, mas esperavam que, com a instalação de um poder reacionário estável e sólido na Alemanha, surgisse, por um lado, um contrapeso necessário à França e, por outro, uma base confiável contra a revolução comunista e um “pulso firme” contra a União Soviética.

No entanto, essas esperanças não estavam destinadas a se concretizar. No verão de 1934, o governo britânico começou a sentir certa apreensão justamente porque percebeu que o governo de Hitler não era, afinal, tão sólido e estável. Em primeiro lugar, a contínua luta do Partido Comunista da Alemanha demonstrou que todas as declarações sobre a erradicação do comunismo eram apenas uma retórica vazia. Os acontecimentos de 30 de junho — isto é, a repressão de Hitler contra seus seguidores mais próximos, os líderes das SA — mostraram que o alto escalão do governo alemão estava dilacerado por contradições que refletiam as reais contradições internas do país. O Putsch de Viena e o assassinato de Engelbert Dollfuss¹⁸ revelaram traços de aventurismo desenfreado na política externa do fascismo alemão. Por fim, o frenético armamento da Alemanha, e especialmente o desenvolvimento de sua aviação militar, começaram a despertar certo temor no governo britânico.

De fato, as empresas aeronáuticas britânicas continuavam a fornecer aviões para a Alemanha, mas isso é típico do modo capitalista de agir¹⁹. No entanto, o governo e os círculos militares da Inglaterra começaram a encarar o crescimento da aviação alemã com grande apreensão, pois é impossível proteger as ilhas britânicas de um ataque aéreo. Da fronteira da Inglaterra — Dover — a Londres, um avião leva apenas quinze minutos. Nessas condições, a poderosa força aérea que a Alemanha estava construindo representava uma ameaça direta e imediata para a Inglaterra.

Outro fator que influenciou a mudança na orientação da política externa do governo britânico foi que ele começou a avaliar de maneira um pouco diferente a correlação de forças no Extremo Oriente. Já em 1933, entre os círculos de políticos burgueses ingleses havia uma crença amplamente difundida de que uma guerra no Extremo Oriente entre o Japão e a URSS poderia ser apenas vantajosa para o imperialismo britânico. Até mesmo representantes da

¹⁸ Engelbert Dollfuss (1892 – 1934) foi um político austríaco que exerceu o cargo de chanceler da Áustria entre 1932 e 1934. Dollfuss foi assassinado durante uma tentativa de golpe fracassada realizada por agentes nazistas. (N. T.)

¹⁹ Recentemente tornou-se conhecido que o afundamento do navio a vapor americano *Lusitânia* na Primeira Guerra Mundial, que provocou tanta indignação da opinião pública dos EUA contra os alemães, foi realizado por um submarino alemão construído segundo os projetos americanos.

indústria têxtil da Inglaterra, que se incomodavam bastante com a concorrência japonesa, não viam nada de censurável no fato de o Japão atacar a União Soviética. Durante a guerra, argumentavam eles, as fábricas japonesas estariam produzindo para o exército japonês, a concorrência japonesa enfraqueceria, e Lancashire poderia reconquistar os mercados dos quais fora deslocada pelo Japão.

Não é preciso dizer que, nesse caso, a derrota da União Soviética seria um acontecimento extremamente agradável para os círculos mais reacionários e chauvinistas da burguesia inglesa. Daí surgiram conhecidas declarações segundo as quais a Inglaterra não estaria interessada na paz geral, que a paz só lhe interessaria em determinados pontos geográficos e que, em particular, para a Inglaterra não teria importância alguma a preservação da paz no Extremo Oriente e no leste da Europa. Essa concepção da “localização” da guerra gozava da simpatia dos mais diversos círculos burgueses: já que a guerra não poderia ser evitada, que então ocorresse de modo a causar o menor prejuízo possível aos interesses da Inglaterra. Que a Alemanha fascista avançasse para o Leste e o Japão para o Norte, e que a URSS pagasse pelos pecados do mundo capitalista.

Mas todos esses esquemas eram elaborados, em particular para o Extremo Oriente, partindo da vitória final do Japão. Essa vitória, para o imperialismo britânico, também não seria especialmente agradável, mas, de qualquer forma, as forças japonesas ficariam ocupadas por longo tempo, sua expansão se dirigiria para o norte, o que dificultaria sua expansão em outras partes da Ásia. Com a vitória do Japão, ainda era possível tolerar. No entanto, na primavera de 1934, para os responsáveis pela política britânica — aliás, em parte devido à epopeia dos “Chelyuskinites”²⁰ — ficou claro que a correlação de forças no Extremo Oriente não era como eles imaginavam, e que um confronto armado poderia muito bem resultar na vitória da União Soviética. Então, o clima começou a mudar. A vitória da URSS representava um risco que o imperialismo britânico não podia se permitir. Daí resultou uma virada em direção à prudência e a decisão de, por enquanto, manter a paz.

²⁰ Nome dado à tripulação do navio a vapor para navegação em águas árticas soviético *Chelyuskin*, que após épica viagem de quase oito meses entre 1933-1934 comprovou a possibilidade de navios de carga navegarem pela Rota Marítima do Norte, desde que acompanhados por quebra-gelos. Com base nisso, a URSS decidiu construir uma frota de quebra-gelos. A *epopeia dos Chelyuskinites* consolidou na consciência pública a imagem de um herói que enfrenta não o inimigo, mas a própria natureza e alcança a vitória superando as dificuldades. Os exploradores e pilotos polares tornaram-se heróis amados e modelos a serem seguidos no imaginário soviético. (N. T.)

De extrema importância para compreender a posição da Inglaterra é o discurso de Stanley Baldwin²¹, em 31 de julho deste ano [1934], sobre a questão dos armamentos aéreos. Nesse discurso, ele enumerou os acontecimentos recentes que criaram uma situação tensa na Europa. Apontou para o Sarre, Memel²², a Áustria e outros pontos onde amadurecia o perigo de guerra, descreveu o crescimento geral dos armamentos e lamentou amargamente o “atraso” da Inglaterra no campo dos armamentos aéreos. O mais notável em seu discurso foi a declaração de que, desde que existe a força aérea, as fronteiras da Inglaterra estão no Rio Reno. Convém lembrar que esse discurso foi precedido por viagens de destacados militares da França à Inglaterra e da Inglaterra à França. Essa é a soma de razões que levou o governo britânico a se manifestar a favor do chamado Pacto do Leste e da entrada da União Soviética na Liga das Nações.

Pode-se dizer ainda algumas palavras sobre a posição do imperialismo italiano. A principal carta no jogo imperialista da Itália são as contradições franco-alemãs. Por um tempo, o governo italiano apoiou a Alemanha na questão dos armamentos. Chegou-se a cogitar até mesmo uma certa aproximação entre Itália e Alemanha (viagem de Hitler a Veneza). No entanto, essa aproximação foi frustrada devido ao agravamento da questão austríaca. O Putsch nacional-socialista na Áustria levou à mobilização de dois corpos de exército italianos em direção às fronteiras austríacas. O resultado foi uma virada da política italiana. Começaram as negociações sobre um acordo franco-italiano, no qual a Itália deveria obter a satisfação de algumas de suas reivindicações coloniais. Pode-se ainda observar, para caracterizar a posição da Itália, que o governo italiano estava extremamente preocupado com a concorrência japonesa e, em particular, com a penetração dos japoneses na Abissínia²³, que o imperialismo italiano há muito tempo considerava como sua esfera de influência. Assim, a complexa rede de relações no campo imperialista não podia deixar de levar o governo italiano a se alinhar exatamente à linha seguida pela França e apoiada pela Inglaterra.

²¹ Stanley Baldwin (1867-1947) foi um estadista britânico e político conservador, proeminente na liderança política do Reino Unido no período entre as duas guerras mundiais. Serviu como primeiro-ministro em três ocasiões: 1923-1924, 1924-1929 e 1935-1937. (N. T.)

²² Antigo nome de Klaipėda, antes cidade prussiana, hoje terceira maior cidade da atual Lituânia, que ficou sob controle da Entente entre 1919 e 1922, foi alvo de revoltas populares em 19123 e seria posteriormente anexada pelo Terceiro Reich entre 1939 e 1945. (N. T.)

²³ A Abissínia corresponde à atual Etiópia. Desde o final do século XIX, a Itália considerava a região parte de sua esfera de influência colonial, tendo inclusive tentado conquistá-la na guerra ítalo-etíope de 1895–1896, encerrada com a derrota italiana em Adwa. Nos anos 1930, o governo italiano via com preocupação a crescente presença econômica e comercial do Japão na África Oriental, entendendo-a como um fator de competição imperialista que ameaçava seus projetos coloniais — disputa que antecede diretamente a invasão italiana da Etiópia em 1935. (N.T)

Quanto mais tensas se tornavam as relações internacionais na Europa e no mundo, maior repercussão e simpatia recebiam, entre todos os opositores da nova guerra imperialista, as iniciativas diplomáticas da União Soviética. Já destacamos acima a importância do projeto soviético de desarmamento, dos pactos de não-agressão e da fórmula soviética de definição do agressor. Dando continuidade à luta pela garantia da paz, o governo soviético, em março de 1934, apresentou à Alemanha uma proposta sobre a garantia conjunta da independência dos Estados bálticos.

Esse foi um passo diplomático de extrema importância. A resposta, ou a ausência dela, à proposta soviética deveria revelar as intenções daqueles círculos que sonhavam em revisar o Tratado de Versalhes às custas dos Estados independentes da Europa Oriental. O discurso de Alfred Hugenberg²⁴ na Conferência de Londres de 1933²⁵ e os planos de Alfred Rosenberg²⁶ não deixavam dúvidas a esse respeito. No entanto, o governo alemão sempre afirmava que se tratava apenas da atuação de indivíduos. Desta vez, o próprio governo alemão, ao recusar o tratado proposto por nós, deixou claras suas intenções em relação aos Estados bálticos. E isso, naturalmente, não pôde deixar de exercer alguma influência. Conseguimos, na luta pela paz, conquistar a simpatia de muitos Estados pequenos e fracos, que percebiam que uma guerra iminente os transformaria em moeda de troca e lhes custaria a independência.

Outra de nossas iniciativas que merece destaque é a intervenção de Litvinov em 29 de maio de 1934, na Conferência de Desarmamento. Ao constatar que a conferência havia chegado a um impasse, o camarada Litvinov propôs transformá-la em uma conferência permanente de paz e, simultaneamente, celebrar uma série de tratados regionais que garantissem a segurança de todos os Estados europeus.

Uma característica marcante do sistema de garantia de segurança proposto é que ele oferece garantias iguais a todos os participantes e se dirige exclusivamente contra o infrator. A

²⁴ Alfred E. C. A. Hugenberg (1865-1951), foi um influente empresário e político alemão. Figura importante na política nacionalista da Alemanha durante as três primeiras décadas do século XX, Hugenberg tornou-se o principal proprietário de meios de comunicação do país na década de 1920. Como líder do Partido Nacional Popular Alemão, participou do processo que ajudou Adolf Hitler a se tornar chanceler da Alemanha e integrou seu primeiro gabinete em 1933. (N. T.)

²⁵ A Conferência Econômica Mundial de Londres (jun.-jul. 1933), realizada sob os auspícios da Liga das Nações, buscou coordenar respostas à Grande Depressão, mas encerrou-se sem acordos efetivos. O fracasso da conferência refletiu tanto a recusa dos Estados Unidos em assumir compromissos cambiais quanto a atuação de delegações que defenderam posições revisionistas da ordem internacional do pós-Versalhes, em especial a alemã (League of Nations, 1933). (N.T)

²⁶ Alfred Ernst Rosenberg (1892-1946) foi um ideólogo e teólogo nazista. Ele participou da direção do assassinato em massa de eslavos. Após a guerra, foi condenado nos julgamentos de Nuremberg, em 1946, por crimes contra a paz; planejamento, iniciação e condução de guerras de agressão; crimes de guerra; e crimes contra a humanidade. (N. T.)

recusa da Alemanha em aderir ao Pacto do Leste, por sua vez, lançou luz sobre a situação internacional e ressaltou a nossa posição de luta pela paz.

A entrada da União Soviética na Liga das Nações nos obriga a examinar de forma mais detalhada a caracterização da Liga e de seu estatuto.

A Liga das Nações surgiu como um instrumento das potências imperialistas vencedoras da Primeira Guerra Mundial, por meio do qual consolidavam a nova correlação de forças. O mecanismo da Liga era utilizado para a resolução de uma série de questões territoriais e de outro tipo surgidas após a guerra. As disposições do Tratado de Versalhes, em vários casos, previam um papel específico para a Liga como representante dos interesses da Entente vencedora. Por outro lado, a Liga das Nações foi criada também para demonstrar o aparente triunfo das ideias do pacifismo burguês. O governo de Woodrow Wilson²⁷ agarrou-se à ideia da Liga para justificar, perante as massas populares americanas, a entrada na guerra.

Essa ideia foi adotada também por outros países da Entente em guerra, com o objetivo de reforçar a ilusão de que a guerra se travava para erradicar o militarismo e estabelecer a paz e a fraternidade entre os povos. Paralelamente, Wilson perseguia a meta de estabelecer a hegemonia americana. Segundo seu plano, a Liga das Nações deveria ser o instrumento por meio do qual se consolidaria a hegemonia dos Estados Unidos — a *pax americana*. No entanto, isso não se concretizou. Para salvar a Liga, Wilson teve de ceder, reconhecendo as anexações territoriais dos vencedores e entregando Shandong ao Japão. Essa política foi desautorizada pelo Senado americano, que se recusou a ratificar o Tratado de Versalhes. Os Estados Unidos assumiram então a posição de não-intervenção nos assuntos europeus.

Os verdadeiros senhores da Liga das Nações tornaram-se a Inglaterra e a França. A Liga, como já foi dito, tornou-se guardiã do legado contido no Tratado de Versalhes e em outros tratados que puseram fim à Primeira Guerra Mundial. Ela deveria administrar a região do Sarre e supervisionar Danzig. A Liga foi designada como observadora suprema dos chamados mandatos, responsável pela supervisão da realização de plebiscitos e pelo cumprimento dos tratados de proteção das minorias nacionais. Por fim, até mesmo questões como a união da Áustria com a Alemanha ficaram subordinadas às decisões da Liga das Nações. Em resumo,

²⁷ A Liga das Nações foi impulsionada por Woodrow Wilson no contexto dos Quatorze Pontos (1918). No 14º Ponto, Wilson defendeu a criação de uma organização internacional permanente destinada a garantir a independência política e a integridade territorial dos Estados (Wilson, 1918). O Senado dos Estados Unidos recusou a ratificação do Tratado de Versalhes, sobretudo pela oposição ao artigo X do Pacto, entendido como limitação à soberania do Congresso para decidir sobre guerra e paz, o que impediu o ingresso do país na Liga.

todo o legado da Primeira Guerra Mundial e diversas questões territoriais estavam, de uma forma ou de outra, vinculados à Liga das Nações.

É claro que a União Soviética, ao ingressar na Liga, de forma alguma assume responsabilidade por todo o seu passado. Em seu primeiro discurso, o camarada Litvinov (1934b) afirmou com absoluta clareza que “qualquer novo membro que ingressa na organização só pode ser moralmente responsável pelas decisões das quais participou e às quais deu seu consentimento”.

Nossas ressalvas referem-se não apenas às decisões anteriormente adotadas, mas também a vários pontos do estatuto:

Em particular, nós nos oporíamos — declarou o camarada Litvinov — à legalização da guerra em certos casos, prevista nos artigos 12 e 15²⁸... Também nos oporíamos ao artigo 22²⁹, relativo ao sistema de mandatos. Consideramos igualmente problemática a ausência, no artigo 23³⁰, da obrigação de igualdade racial. (Litvinov, 1934a).

Ainda antes, em sua resposta ao convite de 30 Estados, o governo soviético explicitou sua posição quanto à questão da arbitragem.

Constatando — dizia a nota — que os artigos 12 e 13 do pacto deixam a critério dos Estados recorrer à resolução arbitral ou judicial das questões, o governo soviético considera necessário esclarecer desde já que, em sua opinião, os conflitos relativos a fatos ocorridos antes de sua adesão à Liga não devem estar sujeitos aos métodos de resolução mencionados (Litvinov, 1934a).

Com isso, o governo soviético impede antecipadamente quaisquer tentativas de submeter a arbitragem ou a julgamento antigas reivindicações, inclusive por parte daqueles que ainda se consideram prejudicados pela Revolução de Outubro.

²⁸ No Pacto da Liga das Nações (1919), os artigos 12 e 15 disciplinavam a solução pacífica de controvérsias, mas sem abolir o recurso à guerra. O art. 12 estabelecia apenas uma moratória procedimental — “os Membros da Liga concordam em não recorrer à guerra antes do decurso de três meses” —, enquanto o art. 15 previa que, na ausência de unanimidade no Conselho, os Estados “reservam-se o direito de agir como julgarem necessário para a manutenção do direito e da justiça”, o que foi interpretado criticamente como uma legalização indireta da guerra. (N.T.)

²⁹ O art. 22 instituiu o sistema de mandatos, afirmando que certos povos seriam “ainda não aptos a se dirigirem por si mesmos” e que sua administração deveria ser confiada às “nações mais adiantadas”, formulando uma justificação jurídica do colonialismo sob a linguagem da tutela civilizatória. (League of Nations, 1919) (N.T)

³⁰ Já o art. 23, embora previsse cooperação social e laboral — “condições de trabalho justas e humanas” —, não consagrou o princípio da igualdade racial, ausência denunciada por diversos atores como reveladora dos limites universalistas do pacto. Esses dispositivos fundamentaram as críticas soviéticas à Liga das Nações, especialmente quanto à arbitragem, à legitimação da guerra, ao colonialismo e à desigualdade racial. (League of Nations, 1919) (N.T)

Nossas ressalvas relativas aos artigos do estatuto da Liga das Nações que legalizam a guerra em determinadas condições, merecem atenção especial. Na carta-resposta citada acima, o governo soviético declarou que “sente particular satisfação com o fato de que sua entrada na Liga coincida com a análise, pela Liga das Nações, da questão de harmonizar o Estatuto da Liga com o Pacto Briand–Kellogg, que coloca a guerra ‘fora da lei’” (Litvinov, 1934a).

Essa passagem tem profundo significado principiológico. Pois uma característica marcante do procedimento de solução de conflitos estabelecido pelo Estatuto da Liga das Nações é que as ações militares — a guerra — em termos substanciais não são excluídas. De acordo com o artigo 15 do Estatuto da Liga das Nações, a resolução de um litígio submetido à apreciação do Conselho é fixada numa resolução. Se essa resolução for adotada unanimemente pelo Conselho (excluídas as partes interessadas), ela se torna obrigatória. Contra a parte que concordou com essa resolução não podem ser iniciadas ações militares; mas, se apesar disso tais ações começarem, o agressor é considerado inimigo de todos os Estados membros da Liga das Nações, e contra ele devem ser aplicadas sanções econômicas e financeiras e, por decisão do Conselho, até mesmo uma coerção militar. Mas, se não houver unanimidade no Conselho, então cada parte adquire liberdade de ação e, após três meses, pode recorrer às armas. Assim, basta que um único membro do Conselho vote contra a resolução para que todo o aparato de prevenção do conflito armado fique paralisado.

Naturalmente, não superestimamos o valor das garantias de paz que estatutos e tratados de qualquer natureza possam oferecer. Mas, em todo caso, ao ingressar na Liga das Nações, a favor de uma modificação do estatuto que exclua a possibilidade de legalização da guerra; lutaremos pela máxima garantia da paz e pela criação dos maiores obstáculos possíveis para qualquer agressor. E isso tanto mais porque:

(...) hoje, como disse o camarada Litvinov, uma organização da paz, para a qual ainda foi feito muito pouco, se opõe uma organização da guerra extremamente ativa. Se antes muitos acreditavam que o espírito da guerra podia ser expulso por meio de encantamentos, resoluções e declarações, hoje todos sabem que os portadores da ideia da guerra — proclamares abertos de um redesenho, pela espada, do mapa político da Europa e da Ásia — não recuarão diante de obstáculos de papel. (Litvinov, 1934b).

A imprensa burguesa tenta apresentar a situação como se nós, ao ingressar na Liga, estivéssemos buscando nela proteção. Isso é um disparate demasiado evidente para merecer atenção.

Não necessitamos da proteção da Liga. Até agora temos nos mantido com nossas próprias forças e continuaremos a fazê-lo. Nossa principal defesa reside no poderoso Exército Vermelho, na simpatia dos trabalhadores do mundo inteiro, nas vitórias da industrialização e da coletivização. Mas apoiamos a Liga das Nações na condição de que ela desempenhe o papel de obstáculo à eclosão da guerra. Caracterizando a nossa política externa, o camarada Stálin (1934, p. 14) afirmou no XVII Congresso do Partido que “nós [...] nos orientamos apenas pela URSS”.

Ao ingressar na Liga, não recuamos um milímetro (iota) dessa linha; tampouco modificamos nossa atitude em relação ao *status quo*, isto é, ao que foi criado outrora por Versalhes. Nossa posição negativa em relação à denominada paz de Versalhes permanece a mesma. Mas consideramos que os trabalhadores ganharão com a modificação das disposições de Versalhes, não pelos caminhos de uma nova guerra imperialista, que é fomentada pelos elementos mais reacionários e mais chauvinistas, alçados à condição de dirigentes.

Nossa política na Liga das Nações é a continuação de nossa linha soviética de princípio. Nós, como disse o camarada Litvinov (1934c), iremos “dançar ao som de nossa própria música, tendo em vista a marcha rumo a um objetivo determinado”. Esse objetivo é a luta firme e perseverante contra as guerras imperialistas que estão sendo preparadas e abertamente defendidas.

Referências

HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX (1914–1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LEAGUE OF NATIONS. *World Economic Conference, London, 1933: Official Documents*. Geneva: League of Nations, 1933. Disponível em: <https://digital.library.northwestern.edu/league/le0268ag.pdf>. Acesso em: 7 fev. 2026.

LEAGUE OF NATIONS. *Covenant of the League of Nations* (1919). In: *Treaty of Versailles*. Disponível em: https://avalon.law.yale.edu/20th_century/leagcov.asp. Acesso em: 7 fev. 2026

LENIN, Vladimir I. *Obras Completas, XLI*. Moscou: Editorial Progreso, 1984.

LITVINOV, Maxim. *Известия [A Notícia]*, n. 219, 1934a.

LITVINOV, Maxim. *Известия [A Notícia]*, n. 221, 1934b.

LITVINOV, Maxim. *Relatório estenográfico da IV sessão do Comitê Executivo Central da URSS, VI convocação*, 1934c.

MOLOTOV, Viatcheslav M. *Relatório estenográfico da IV sessão do Comitê Executivo Central da URSS, VI convocação*, 1934.

PACHUKANIS, Evgeny Bronislavovitch. Вступление СССР в Лигу Нации [A entrada da URSS na Liga das Nações]. *Советское Государство [O Estado Soviético]*, Moscou, n. 6, p. 23-28.

STALIN, Iosif. *Pravda [A Verdade]*, n. 4, 1934a.

STALIN, Iosif. *Relatório estenográfico do XVII Congresso do Partido*, 1934b.

WILSON, Woodrow. *President Woodrow Wilson's Fourteen Points* (1918). Washington, DC: National Archives. Disponível em: <https://www.archives.gov/milestone-documents/president-woodrow-wilsons-14-points>. Acesso em: 7 fev. 2026.

WORLD ECONOMIC CONFERENCE. *The World Economic Conference, Geneva, May 1927: Final Report*. Geneva: League of Nations, 1928. Disponível em: <https://archive.org/details/worldeconomiccon0000inte>. Acesso em: 7 fev. 2026.

Tradutor: Luiz Henrique Debastiani - Doutorando em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e pelo Centre d'Histoire Judiciaire, da Université de Lille. Mestre e Bacharel em Direito pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó). Membro do Grupo Interinstitucional de Pesquisa em História do Direito *Ius Commune*. E-mail: luizdebas@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-3297-6647>. Esta tradução foi produzida com apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC).

Tradutor: Moisés Alves Soares - Professor Adjunto de História do Direito da Universidade Federal de Jataí (UFJ). Coordenador e Professor Permanente e do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFJ. Doutor em Direito do Estado pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Coordenador do Grupo de Pesquisa Teorias Críticas do Direito e Desigualdades Sociais (Críticas do Direito – UFJ) e do GT Direito e Marxismo do Instituto de Pesquisa, Direitos e Movimentos Sociais (IPDMS). E-mail: moises.soares@ufj.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2251-4788>.